



The global transformation: history, modernity and the making of international relations.

Fabiana Freitas Sander¹

Os professores Barry Buzan e George Lawson, ambos ligados à London School of Economics and Political Sciences, lançaram um livro que propõe reexaminar a importância do século XIX para as Relações Internacionais (RI), tanto como disciplina quanto como dinâmica. Os autores afirmam que as RI carecem de uma abordagem que dê ao século XIX o devido reconhecimento como período chave na construção das relações internacionais como as conhecemos hoje. De fato, para aqueles familiares com a bibliografia básica do campo das Relações Internacionais, fica difícil não reconhecer a validade da proposta dos autores, uma vez que o período em questão é mencionado, na maioria dos trabalhos, apenas de maneira pontual.

O principal argumento de Buzan e Lawson é o de que, “[d]urante o século XIX, uma ‘transformação global’ refez a estrutura básica da ordem internacional” (p. 1), e que, portanto, “[n]ós vivemos, agora, e provavelmente viveremos ainda por certo tempo, em um mundo definido predominantemente pelas consequências da transformação global do século XIX.” (p. 5). O livro busca comprovar este argumento inicial, e é apresentado em dez capítulos, sendo eles agrupados em três partes: a primeira (capítulos 1 e 2) expõe com mais detalhes o argumento dos autores; a segunda (capítulos 3 a 8) apresenta o embasamento empírico que acompanha as formulações teóricas da parte anterior, utilizando principalmente trabalhos da história da economia, história mundial e sociologia histórica; a terceira e última parte (capítulos 9 e 10) foca nas implicações do argumento, tanto para a disciplina de Relações Internacionais, quanto para a dinâmica das relações internacionais.

O que os autores chamam de “transformação global” foi, de maneira geral, a confluência de três dinâmicas que alcançaram sua maturidade no século XIX: a industrialização, a construção do Estado racional e as ideologias do progresso (liberalismo, socialismo, nacionalismo e racismo científico). Essa transformação, mesmo tendo base na interação das sociedades ao redor do mundo (por isso *global*), mudou, em um primeiro momento, a distribuição de poder global em favor dos países europeus ocidentais. Mais importante do que a distribuição de poder, a transformação global alterou também o modo de poder, ou seja, “[...] as relações materiais e

1. Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

ideacionais que dão origem tanto aos atores, quanto ao modo como o poder é exercido” (p. 1), as fontes sociais do poder. Isso significou um aumento enorme da diferença (*gap*) de poder entre aquelas unidades políticas que passaram pela transformação (Europa Ocidental) e o resto do globo, e contribuiu largamente para a construção de uma ordem internacional altamente hierárquica que perdura até hoje.

Buzan e Lawson afirmam que, diferente de outras transformações históricas mundiais, a transformação global aconteceu em um espaço de tempo muito reduzido, e essa modificação rápida do modo de poder fez com que as desigualdades entre sociedades fossem maiores e mais difíceis de serem superadas. Os autores lembram que o sucesso europeu dependeu, em larga medida, de práticas que são hoje condenáveis, como o imperialismo, o colonialismo e a ideia da superioridade racial, expressa tanto no racismo científico quanto na existência de um padrão de civilização (*standard of civilization*) para a inserção dos países na sociedade internacional dominada pelos europeus. Assim, os autores postulam que a transformação global impactou a dinâmica internacional de três maneiras principais: (a) o sistema tornou-se mais integrado; (b) as relações entre sociedades tornaram-se mais desiguais e passaram a ser caracterizadas pela configuração centro-periferia; e (c) a relação entre as grandes potências mudou e a dinâmica de balanceamento tornou-se mais volátil.

A integração do sistema foi fruto principalmente do aumento e aceleração do transporte e da comunicação através de inovações tecnológicas e também de um arcabouço institucional internacional que começou a ser construído ao longo do século XIX. Tais desenvolvimentos diminuíram os custos e aumentaram a capacidade, velocidade e previsibilidade do fluxo de pessoas, ideias, bens, dinheiro e exércitos dentro do sistema, o que facilitou a projeção de poder da Europa para o resto do globo em uma onda de

explorações e conquistas territoriais sem precedentes. A superioridade tecnológica proveniente de economias industriais deu grande vantagem aos europeus e os permitiu subjugar as demais sociedades e administra-las de modo imperialista.

O imperialismo, por sua vez, contribuiu para a criação de uma ordem-centro periferia altamente desigual e exploratória, justificada por uma concepção de progresso linear e dual, que implicava no desenvolvimento doméstico das sociedades europeias ao mesmo tempo em que era usada para diferenciar as sociedades do mundo em termos de um “quociente civilizacional”. Este quociente civilizacional era usado para justificar, em primeiro lugar, a racionalização do domínio e da exploração como direitos de uma raça superior; em segundo lugar, incumbir aos europeus a responsabilidade de “civilizar” outras sociedades segundo seus próprios padrões para que elas pudessem ser inseridas na sociedade internacional. É interessante notar, portanto, que os autores chamam atenção para aquilo que denominam o “lado negro” do progresso europeu, ou seja, o fato dele ser pensado principalmente através da construção de uma hierarquia social a partir de categorias como raça e cultura, e, portanto, justificar a diferença de poder entre a Europa e o resto do mundo e racionalizar a dominação. A emergência dessa ordem centro-periferia caracteriza, segundo Buzan e Lawson, a expansão da sociedade internacional europeia para uma sociedade internacional ocidental-colonial (*Western-colonial International Society*) altamente desigual e dominada pelos europeus.

Outro impacto muito importante da transformação global é a alteração da relação entre as grandes potências, já que ela mudou até mesmo as características dos Estados que poderiam se tornar grandes potências. Segundo os autores, somente Estados racionais, com economias industriais apoiadas pelas ideologias do progresso poderiam aspirar a tal status. Isso decorre da constante necessidade

de inovação tecnológica, que torna as operações militares cada vez mais complexas e os armamentos rapidamente obsoletos. A consequência disso foi uma corrida armamentista sem precedentes entre os principais Estados europeus, a partir da segunda metade do século XIX, o que desestabilizou o sistema de equilíbrio vigente e tornou a relação entre as grandes potências altamente volátil. Além disso, os autores postulam que, como os armamentos se tornaram cada vez mais caros e letais, a tendência é a inviabilização da guerra enquanto instrumento da política entre as grandes potências.

Buzan e Lawson reiteram repetidamente o caráter intersocietal da transformação global, declarando que “o que aconteceu no centro emergente foi tanto influenciado pela quanto impactou a periferia emergente, e o que aconteceu na periferia tanto alimentou quanto foi moldado por aquilo que aconteceu no centro.” (p. 127). Devido a este caráter global, os autores afirmam que as revoluções da modernidade se espalharam pelo sistema em um momento posterior, empoderando parte da periferia e mudando a mentalidade do centro. Isso gerou uma erosão *parcial* da ordem centro-periferia, marcando a transição, após 1945, da sociedade internacional ocidental-colonial para a ocidental-global (*Western-global*). Esta sociedade seria caracterizada pela soberania universal, autodeterminação e igualdade dos homens, mas ainda era marcada pela superioridade ocidental e pela continuidade de aspectos ideológicos, políticos, econômicos e sociais da época colonial.

Por fim, as implicações do argumento dos autores para a dinâmica das relações internacionais seria a tendência à erosão cada vez maior da ordem centro-periferia e a emergência da fase chamada globalismo descentralizado (*decentered globalism*) a partir da crise econômica e financeira de 2008. Isso quer dizer, basicamente, que a tendência da sociedade internacional é se organizar de forma a

tornar inviável a emergência de uma nova superpotência. Portanto, o mundo seria caracterizado por uma distribuição de poder dispersa, com ênfase no âmbito regional, onde atuam algumas grandes potências, várias potências regionais, mas nenhuma superpotência. No que diz respeito à disciplina de Relações Internacionais, considerar o século XIX como período chave daria às RI uma compreensão maior de suas origens e evitaria o esquecimento das linhas de pensamento “menos nobres” que ajudaram a criar a disciplina. Os insights provenientes da transformação global também enriqueceriam o diálogo das RI com outras disciplinas de Ciências Sociais e História e ajudariam a dissipar um pouco do eurocentrismo e americanocentrismo presentes até hoje na área. Por fim, os autores insistem que o pluralismo metodológico e epistemológico das RI não deve ser perdido, e que a consideração da transformação global como ponto de partida da disciplina, além de inseri-la nas discussões feitas dentro das Ciências Sociais, evidencia este ponto forte, ou seja, a utilização de diversos pontos de vista para entender o fenômeno.

Considerando o argumento geral dos autores, a ideia de pensar o século XIX como um período de grandes transformações na ordem internacional e, portanto, muito importante para a compreensão do mundo contemporâneo é bastante coerente. De fato, abordar os impactos da transformação global enriqueceria tanto os diálogos dentro da disciplina de Relações Internacionais quanto aqueles das RI com outras disciplinas. Apesar disso, as implicações do globalismo descentralizado para a dinâmica internacional parecem um pouco otimistas ao fazer com que a ordem e estabilidade da sociedade internacional dependam de um comportamento responsável das grandes potências. Mesmo que Buzan e Lawson não neguem a existência de discordâncias e conflitos entre os Estados, a ideia de um novo Concerto de Potências parece um tanto distante da

dinâmica observada entre as potências hoje: China, Índia, Brasil e outros Estados emergentes desejam uma reorganização do Conselho de Segurança das Nações Unidas que outras potências se recusam a dar; as posições das grandes potências a respeito de acontecimentos como a Guerra na Síria, a questão da Criméia e os problemas de Israel estão longe de ser homogêneas; e as diferenças ideológicas talvez atrapalhem mais do que os autores pensam na manutenção das regras da sociedade internacional. Fora este ponto, o livro de Buzan e Lawson levanta uma questão importantíssima para as Relações Internacionais e espera-se que os estudiosos da área tirem proveito deste excelente trabalho e passem a pensar o século XIX com outros olhos.

*Recebido em: 18 de novembro de 2015
Aprovado em: 2 de dezembro de 2015*